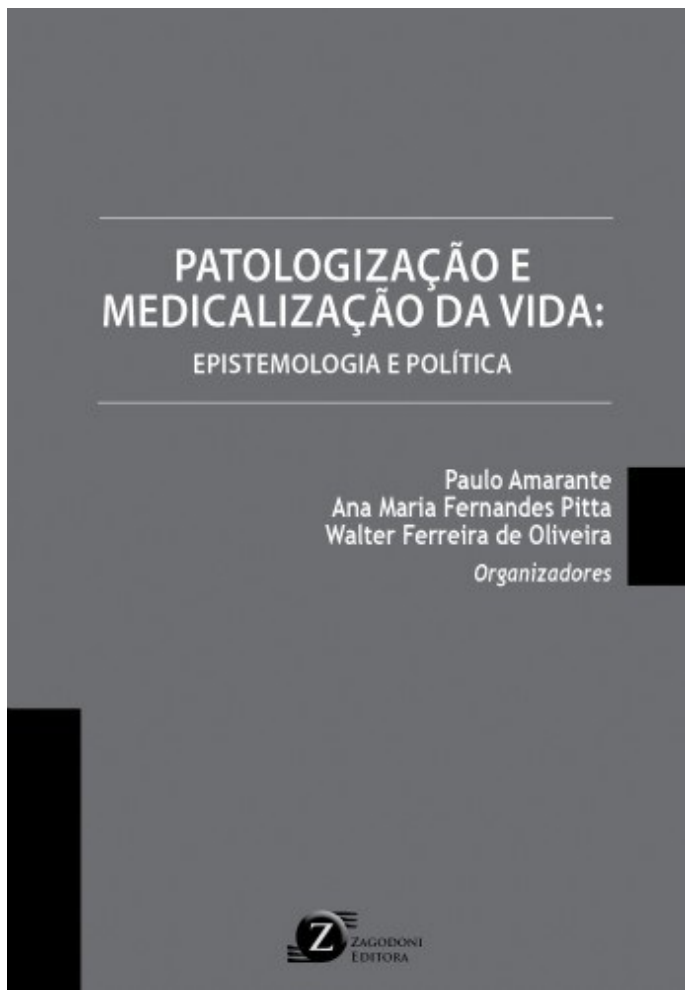


## Patologização e medicalização da vida: epistemologia e política

*Pathologisation and Medicalisation of life: epistemology and policy*

Vinicius Pinheiro de MAGALHÃES\*  
Queila Patrícia Pereira de JESUS\*\*


RESENHA/ BOOK REVIEW



AMARANTE, Paulo; PITTA, Ana Maria Fernandes; OLIVEIRA, Walter Ferreira de. (Orgs.). **Patologização e medicalização da vida: epistemologia e política**. São Paulo: Zagodoni, 2018. 176 p.

\* Assistente social. Mestrando em Serviço Social pelo Programa de Pós-graduação da Universidade Federal de Sergipe (UFS, São Cristóvão, Brasil). Cidade Universitária José Aloísio de Campos, Rosa Elze, CEP: 49100-000, São Cristóvão (SE). E-mail: <viniciuspmaga@gmail.com>. ORC ID: <<https://orcid.org/0000-0002-2909-3517>>.

\*\* Assistente social. Mestre em Serviço Social pelo Programa de Pós-graduação da Universidade Federal de Sergipe (UFS, São Cristóvão, Brasil). Cidade Universitária José Aloísio de Campos, Rosa Elze, CEP: 49100-000 - São Cristóvão (SE). E-mail: <q.p\_13@hotmail.com>. ORC ID: <<https://orcid.org/0000-0002-2163-8690>>.

 © A(s) Autora(s)/O(s) Autor(es). 2018 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional ([https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt\\_BR](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR)), que permite copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material para qualquer fim, mesmo que comercial. O licenciante não pode revogar estes direitos desde que você respeite os termos da licença.

A consolidação das Redes de Atenção Psicossocial em todo o país permitiu que se vislumbrasse, em tese, o alcance da utópica *sociedade sem manicômios*. Entretanto, percebeu-se, como já outrora sinalizado no encontro de Bauru, que o manicômio transcende os serviços de saúde e se capilariza na realidade sociocultural, determinando, inclusive, práticas de assistência em saúde numa lógica manicomial. É nesse contexto que se inserem práticas de medicalização e abordagens de patologização da vida. Consideramos, portanto, dignas de todo crédito as experiências de produção científica que se arvoram na empreitada de desvelar a trama da lógica manicomial.

Nessa direção, Paulo Amarante, Ana Maria Fernandes Pitta e Walter Ferreira de Oliveira, atentos à tendência de individualização dos problemas sociais, patologização do deviante e medicalização da vida – como braço ideológico da indústria farmacêutica – organizaram o livro *Patologização e medicalização da vida: epistemologia e política*, como contribuição para a crítica do suposto *paradigma científico* que se erigiu em torno dos neurolépticos.

No prefácio, os organizadores desnudam o caráter da referida tendência de patologização como sendo balizada pelo contexto neoliberal atual de desresponsabilização do Estado e culpabilização dos sujeitos sociais pelos problemas estruturais de desemprego e pobreza.

Nessa perspectiva, o livro apresenta 11 artigos e conta com contribuições, as mais diversas, de profissionais da saúde (enfermeiros, psicólogos e psiquiatras), pesquisadores e militantes pela despatologização da vida. Cada artigo será apresentado na ordem de exposição na obra.

Walter Ferreira de Oliveira em *Medicalização da vida: reflexões sobre sua produção cultural* faz provocações sobre a natureza da medicalização da existência. O autor localiza os medicamentos em sua relação mercadológica no contexto do capitalismo neoliberal, o que torna sempre duvidoso o caráter terapêutico daqueles. Problematiza os papéis da pesquisa e do diagnóstico na esfera da medicalização propondo a compreensão dos interesses que estão por trás dos resultados científicos que legitimam o poder da indústria farmacêutica e os diagnósticos patologizantes. Aponta ainda a tendência da sociedade de consumo de engendrar seres *necrófilos*, amortizados e sem pulsões libertadoras. O autor atribui manifesto caráter político ao tema da *medicalização da vida* desnudando sua falsa neutralidade e suas relações mercadológicas.

Em *Uma biopolítica da indiferença: a propósito da denominada revolução psicofarmacológica*, Sandra Caponi investiga a natureza da propalada *Revolução psicofarmacológica*, da década de 1950, com a criação da clorpromazina (CPZ). Sustenta que o advento da CPZ, a despeito da falsa ideia de humanização com a superação das práticas de lobotomia e da eletroconvulsoterapia, não teve resultado terapêutico. Antes, a eficácia da CPZ sustentou-se num *regime de verdade* que imprimiu caráter curativo ao neuroléptico, mesmo sem explicação científica para as causas da psicose. Esse paradigma, benfeitor das indústrias farmacêuticas, escamoteou as origens anti-histamínicas e anestésicas da CPZ que, posteriormente tornou-se apenas um neuroléptico promotor de indiferença. A autora expõe de forma clara como o controle da loucura se renova por meio do suposto *avanço científico*.

Mariama Furtado, em *Regulação biotecnológica do sofrimento e evicção do sujeito: efeitos sobre a condição humana*, trata dos conflitos que existem na relação entre a ciência e a condição humana, especificamente no que se referem aos avanços da biotecnologia e seus impactos no sujeito. A autora expõe a necessidade de busca de bem-estar como característica da história da civilização e alia esse dado ao advento da supremacia biológica e genética para *tratar* do sofrimento e explicar a subjetividade. Essa tendência determinou os processos de autofarmacologização e, conseqüentemente, de evicção do sujeito. Apesar desse quadro, a autora infere que a condição humana não está dada, mas se constrói na história; perspectiva essencialmente contrastante daquela biogeneticista e medicalizadora da dor de existir.

No texto de Maria Salete Jorge e Indara Bezerra, *A medicalização social e suas repercussões nos serviços de Saúde Mental*, são tratados os impactos da medicalização social nos serviços de Saúde Mental, especificamente no contexto de um Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) de Fortaleza (CE). O estudo reafirma a insistente tese de que o referido serviço centra-se na figura do saber médico-psiquiatra e numa abordagem medicalizadora que subdimensiona a Rede de Saúde Mental e o lugar dos trabalhadores que compõem as equipes profissionais. As autoras ainda dão ênfase às possibilidades de intervenção psicoeducativa e transdisciplinar (numa perspectiva de autonomia e cidadania), a fim de tornar os usuários partícipes dos processos de discussões e problematizações que circunscrevem o tratamento medicamentoso.

Numa perspectiva antropológica, Clarice Portugal, Mônica Torrenté e Maurice de Torrenté, em *Entre o serviço e o terreiro: ensejos, manejos e mediações do uso de psicofármacos*, fazem provocações relevantes no que se referem às trajetórias de desinstitucionalização de quatro usuários de serviços de Saúde Mental. Identificam a lógica manicomial expressa no contexto *extramuros*, sobretudo em relação ao uso do medicamento numa perspectiva de controle e de mediação de problemas familiares. Entretanto, identificaram, também, possibilidades de ressignificação dos usos e manejos do medicamento na abordagem terapêutica candomblecista de líderes religiosos das religiões de matriz africana frequentada pelos usuários sujeitos da pesquisa. Esses dados influenciaram sugestões dos autores na direção de promover maior autonomia dos usuários; de encorajar perspectivas semelhantes à da Gestão Autônoma de Medicação (GAM); e de estabelecer diálogos importantes com atores que influenciam o processo de cuidado e tratamento em Saúde Mental no contexto externo aos serviços de saúde.

Em *O feminino aprisionado, patologizado e medicalizado: impactos na saúde mental das mulheres*, Anna Luiza Gomes e Alynne Nagashima denunciam a patologização e medicalização da mulher. As autoras tratam da condição subalterna da mulher nos contextos do patriarcado, do capitalismo e do racismo, que reverberam no processo de patologização dos corpos femininos. Ainda afirmam que o sofrimento mental atribuído a esse público se associa à tendência de controle de seus corpos por via da perspectiva da medicalização.

O artigo de Carla Biancha Angellucci e Isabel Rodrigues, *Heranças renitentes do modelo biomédico na educação especial: o que se pe(r)de no encontro entre profissionais da educação e da saúde?*, discute e problematiza a capilaridade ideológica da biomedicina nos processos de educação especial, bem como denuncia a patologização presente no discurso da inclusão do *diferente* nos espaços de educação e educação especial mediada pelo setor de saúde.

Na perspectiva de despatologização da vida, o texto de Sabrina Pani e Marilene de Souza – *Da medicalização à multideterminação da queixa escolar: o caso do TDAH*<sup>1</sup> – tece uma crítica aos manuais de diagnósticos DSM<sup>2</sup> para enquadramento do TDAH, sobretudo os diagnósticos oriundos de queixa escolar. As autoras sugerem, na direção da Psicologia Histórico-Cultural, que a queixa escolar possui multideterminações econômicas, históricas e sociais, contrastando claramente com a perspectiva biomédica.

Em *Por Outras Relações na Escola pela Lógica da Desmedicalização: cartografia de mediação escolar com crianças autistas*, Maria Goretti Rodrigues e Paulo Amarante denunciam as relações escolares que patologizam alunos ditos autistas. Propõem relações escolares, sobretudo no contexto da atuação de mediadores educacionais, que despatologizem – na direção da desmedicalização – o diferente, considerando-o resultado de processos multideterminantes.

Maria Aparecida Moysés e Cecília Collares, em *Patologização da Vida de Crianças e Adolescentes em Tempos Sombrios*, desenham o cenário dos tempos sombrios que se manifestam para controle dos corpos dos desviantes. Traçam o percurso histórico dos processos de estigmatização até chegarem na medicina biologicista, denunciando sua instrumentalidade moderna para “[...] controlar [e] submeter pessoas, abafando questionamentos e desconfortos” (MOYSÉS; COLLARES, 2018, p. 157). Denunciam a dinâmica individualizadora que o processo de patologização promove, escamoteando desordens socioestruturais. Contextualizam, ainda, os *tempos sombrios* no quadro de patologização e medicalização, sobretudo, das crianças e dos adolescentes.

O texto que encerra o livro – *Mad in Brasil: um novo espaço para reflexões e debates sobre a medicalização e desmedicalização* – de Paulo Amarante, Fernando de Freitas e Camila Gomes traz a possibilidade de reflexões sobre as temáticas da medicalização e patologização da vida ao apresentarem o site do *Mad in Brasil*<sup>3</sup> como um espaço dialógico de extrema importância para a capilaridade das denúncias tratadas nos artigos deste livro. Propõem, por meio do referido instrumento, possibilitar o acesso a perspectivas que problematizam os *transtornos mentais* como doenças e aos espaços dialógicos baseados em achados científicos, que não se jactam de oferecer todas as respostas para a complexidade do problema da medicalização.

As contribuições dos autores deste livro caminham na direção de problematizar questões que por muito tempo estiveram intocáveis no contexto da Saúde Mental. Afinal, quais comportamentos são medicados? Por que medicar? Qual a relação da patologização e medicalização da vida com a realidade socioeconômica? A quem interessa a lógica de associar *transtornos mentais* a um desequilíbrio químico do cérebro? Se essa obra não nos fizer abrir mão da dependência bioquímica para tratar do sofrimento existencial, ao menos nos fará olhar para essa realidade de forma crítica e não imediata.

Trata-se de um livro que coloca em relevo uma das questões que ainda no final do século XIX fora tratada por nosso Machado de Assis. Em *O alienista*, Machado de Assis já problematiza

---

<sup>1</sup> Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade.

<sup>2</sup> Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders.

<sup>3</sup> Disponível em: <<http://www.madinbrasil.org>>.

as incertezas que rondavam o conceito de loucura, bem como denunciava a tendência à patologização da vida. Mal sabia *Simão Bacamarte* que no lugar da *Casa Verde* seriam distribuídas *pílulas mágicas* para o controle da loucura.

Avaliamos que novas produções como essa são extremamente importantes. A relevância desta obra é explícita na medida em que caminha na direção de propor um novo paradigma, agora verdadeiramente científico, sem as pesadas e nefastas influências da indústria farmacêutica, para o saber em Saúde Mental.

Vinicius Pinheiro de Magalhães é graduado em Serviço Social pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), mestrando e Bolsista CAPES/DS pelo Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe (PROSS-UFS) e membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Fundamentos, Formação em Serviço Social e Políticas Sociais (GEPSSO-UFS). Áreas de atuação: Serviço Social, trabalho, formação profissional, Saúde Mental e Religiosidade/Espiritualidade.

Queila Patrícia Pereira de Jesus é graduada em Serviço Social pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), mestre em Serviço Social pelo Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe (PROSS-UFS) e membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Fundamentos, Formação em Serviço Social e Políticas Sociais (GEPSSO-UFS). Áreas de atuação: Serviço Social, trabalho, formação profissional, Assistência Social e controle social democrático.

---

**Vinicius Pinheiro de MAGALHÃES** Trabalhou na redação da resenha e na concepção e delineamento do manuscrito.

Mestrando em Serviço Social pelo Programa de Pós-graduação da Universidade Federal de Sergipe (PROSS/UFS).

**Queila Patrícia Pereira de JESUS** Trabalhou na redação da resenha e em sua revisão crítica. Os autores aprovaram a versão publicada.

Mestre em Serviço Social pelo Programa de Pós-graduação da Universidade Federal de Sergipe (PROSS/UFS).

---